Editora Solução
a solução para o seu concurso!

INB

Técnico em Segurança do Trabalho

SL-069OT-26
7901183011674

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto 7
2. Organização estrutural dos textos 10
3. MARCAS DE TEXTUALIDADE: coesão, coerência E intertextualidade 13
4. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo 20
5. Tipos textuais: informativo, normativo e didático; características específicas de cada tipo 28
6. Textos literários e não literários 29
7. Tipologia da frase portuguesa; Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção; Problemas estruturais das frases. RGANIZAÇÃO SINTÁTICA DAS FRASES: termos e orações; Ordem direta e inversa 29
8. Norma culta 33
9. Pontuação e sinais gráficos 35
10. Tipos de discurso 37
11. Registros de linguagem 40
12. Funções da linguagem; Elementos dos atos de comunicação 43
13. Estrutura e formação de palavras 47
14. Formas de abreviação 50
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições 53
16. Os modalizadores 63
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade 64
18. Os dicionários: tipos E a organização de verbetes 66
19. VOCABULÁRIO: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos 70
20. Ortografia 73
21. Acentuação gráfica 77

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados; Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações 85
2. Conjuntos e suas operações, diagramas 89
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações 93
4. Porcentagem 108
5. Juros 109
6. Proporcionalidade direta e inversa 111
7. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo 114
8. Problemas de contagem e noções de probabilidade 119
9. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área 122
10. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão 132
11. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância 134

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

12. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 137
13. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas 155
14. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais 159
15. Problemas de lógica e raciocínio 160

Conhecimentos de Normas

1. NORMAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO SETOR PÚBLICO: Princípios constitucionais da Administração Pública (Art. 37 da CF) 169
2. Lei nº 9.784/1999 (Responsabilidade administrativa de empregados públicos. Processo administrativo) 172
3. LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE: Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) 178
4. Decreto nº 11.129/2022 (regulamenta a Lei Anticorrupção) 182
5. Lei nº 14.230/2021 (Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa) 192
6. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) 198
7. Conflito de interesses na Administração Pública 206
8. Boas práticas de governança corporativa 210
9. PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) 213
10. Conceitos de dados pessoais e dados sensíveis; Bases legais para tratamento de dados; Responsabilidade no tratamento de dados de candidatos 227
11. Noções de segurança da informação 230
12. NORMAS DE SEGURANÇA NUCLEAR E RADIOLÓGICA: Competências da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Princípios de proteção radiológica; Segurança operacional em instalações nucleares; Procedimentos básicos de radioproteção; Controle e manuseio de materiais nucleares 232
13. NORMAS REGULAMENTADORAS – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: NR 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos) 235
14. Normas Ambientais: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) 243
15. Licenciamento ambiental 249
16. Responsabilidade ambiental 263
17. Gestão de resíduos industriais 266
18. Noções de sustentabilidade e gestão ambiental; Princípios de desenvolvimento sustentável 268
19. NORMAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS: Conceitos de qualidade e gestão de processos 270

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos
Técnico em Segurança do Trabalho

1. Legislação E Normas Aplicadas À Segurança Do Trabalho: Consolidação Das Leis Do Trabalho (Clt); Disposições Gerais; Gerenciamento De Riscos Ocupacionais; Embargo Ou Interdição; Serviços Especializados Em Engenharia De Segurança E Em Medicina Do Trabalho; Comissão Interna De Prevenção De Acidentes E De Assédio; Equipamentos De Proteção Individual; Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional; Segurança Em Instalações E Serviços Em Eletricidade; Edificações 279
2. Agentes Ocupacionais: Avaliação E Controle Das Exposições Ocupacionais (Agentes Físicos, Químicos E Biológicos). Transporte, Movimentação, Armazenagem E Manuseio De Materiais; Segurança No Trabalho Em Máquinas E Equipamentos; Caldeiras E Vasos Sob Pressão; Fornos; Atividades E Operações Insalubres; Atividades E Operações Perigosas; Ergonomia; Condições Do Meio Ambiente De Trabalho Na Indústria Da Construção; Líquidos Combustíveis E Inflamáveis; Sinalização De Segurança; Segurança E Saúde Nos Trabalhos Em Espaços Confinados; Trabalhos Em Altura 283
3. Programas E Documentos De Sst: Pcmso – Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional; Ppp – Perfil Profissiográfico Previdenciário; Ltcat – Laudo Técnico Das Condições Ambientais De Trabalho; Pgr – Programa De Gerenciamento De Riscos; Pca – Programa De Conservação Auditiva; Eventos De Sst No Esocial; Auditoria De Segurança 287
4. Análise E Prevenção De Riscos: Técnicas De Análise De Riscos (Séries De Riscos; Análise Preliminar De Riscos – Apr; Análise De Modos De Falha E Efeitos – Fmea; Hazop; Análise De Árvore De Falhas – Fta; Técnica De Incidentes Críticos). 291
5. Meio Ambiente: Proteção Do Meio Ambiente 295
6. Segurança Nuclear: Proteção Contra Incêndio Em Instalações Nucleares Do Ciclo Do Combustível..... 299
7. Cnen Nn-3.01 (Requisitos Básicos De Radioproteção E Segurança Radiológica De Fontes De Radiação)..... 302
8. Normas Regulamentadoras :Nr 1, Nr 3 A 10, Nr 15 A 18, Nr 23 323

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS; ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.
Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.
Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.
Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir umA tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** ¬(p^q) = (¬p) v (¬q)
- **2ª lei de Morgan:** ¬(p v q) = (¬p) ^ (¬q)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS DE NORMAS

NORMAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO SETOR PÚBLICO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 37 DA CF)

Da Administração Pública

- **Disposições gerais e servidores públicos**

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

- **Princípios da Administração Pública**

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → **Princípio da Estrita Legalidade**
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

- **Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa**
  - Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
  - Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
  - Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
  - Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	**Indireta**
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;(Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)(Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO: CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT); DISPOSIÇÕES GERAIS; GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS; EMBARGO OU INTERDIÇÃO; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO; COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO; EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL; PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL; SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE; EDIFICAÇÕES

Proteção jurídica e gestão preventiva nas relações de trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) fundamenta deveres de proteção à integridade física e mental, detalhados pelas Normas Regulamentadoras nas diferentes atividades. A conformidade exige decisões preventivas reais: instalações adequadas, supervisão, informação acessível e correção de condições perigosas.

▸ Alcance da CLT e das normas de segurança

A CLT estabelece disposições sobre segurança e medicina do trabalho, determina deveres gerais dos empregadores e prevê a observância das normas expedidas pela autoridade competente. Essa articulação é relevante porque a lei cria o fundamento obrigatório e os regulamentos especificam medidas técnicas para equipamentos, ambientes, exames e operações. A obrigação alcança condições ordinárias e atividades não rotineiras, como manutenção, limpeza técnica e intervenções emergenciais. Uma empresa que contrata serviços especializados continua precisando organizar interfaces seguras entre equipes, sinalizar perigos existentes e assegurar que prestadores conheçam as restrições do local. A responsabilidade preventiva não desaparece com a terceirização de uma tarefa; sua distribuição concreta exige observar os vínculos, o comando das atividades e as disposições aplicáveis.

Deveres patronais diante de operações perigosas

A organização deve avaliar condições reais, divulgar instruções compreensíveis, fornecer recursos apropriados e controlar o cumprimento das medidas. Em um centro de distribuição de alimentos, por exemplo, a circulação simultânea de caminhões, empilhadeiras e pedestres exige segregação de trajetos, manutenção de pisos, definição de velocidades seguras e comunicação entre doca e motorista. A mera afixação de um aviso não substitui o redesenho de um fluxo que produz encontros perigosos. Inspeções regulares e registros de correção ajudam a demonstrar que a prevenção foi incorporada às decisões operacionais. A supervisão também deve identificar mudanças: um novo turno, uma área temporária de carga ou a retirada de uma proteção podem alterar um risco que anteriormente parecia controlado.

Direitos de informação e atuação dos trabalhadores

As pessoas expostas precisam conhecer os riscos relevantes de suas atividades, receber orientação apropriada e participar dos processos preventivos. O trabalhador tem deveres de observar instruções e utilizar corretamente dispositivos fornecidos, mas essa colaboração não autoriza transferir a ele a responsabilidade pelo planejamento defeituoso. Relatos de condições inseguras devem circular sem constrangimentos e alcançar quem possui poder para agir. Em tarefas com possibilidade de dano grave, o tratamento de uma condição de risco exige cautela imediata e procedimentos compatíveis com as garantias legais. Uma rotina de escuta, associada à devolutiva sobre providências adotadas, revela perigos que inspeções pontuais não captam: mudanças improvisadas, esforços excessivos e pressões incompatíveis com a execução segura.

▸ Riscos ocupacionais como decisão de gestão

A NR 1 organiza disposições gerais e diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Gerenciar significa reconhecer perigos, avaliar riscos, estabelecer controles e verificar se produzem o resultado esperado. O perigo é uma fonte ou situação com potencial de lesão ou agravo; o risco considera a possibilidade de ocorrência e a gravidade das consequências, conforme critérios coerentes com o contexto. O GRO não é sinônimo de uma pasta arquivada: envolve responsáveis, recursos, prazos e revisão quando o processo produtivo muda. A abordagem atual também inclui fatores psicossociais relacionados ao trabalho, a serem examinados em conexão com a organização das tarefas, e não como simples julgamento da personalidade do empregado.

Inventário de perigos e avaliação de riscos

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) materializa parte essencial dessa organização por meio de inventário de riscos ocupacionais e plano de ação. O inventário deve identificar situações e grupos expostos, descrever as condições de exposição, registrar critérios de avaliação e apontar controles existentes. Não é suficiente escrever “risco de acidente” de maneira genérica: é necessário distinguir, por exemplo, o atropelamento em faixa de circulação da queda de carga suspensa. A avaliação permite

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

priorizar medidas conforme gravidade, exposição e incertezas. Quando medições forem necessárias, elas complementam a observação da atividade real; não substituem a análise de tarefas ocasionais, picos de produção e falhas previsíveis.

Planejamento e verificação das medidas

O plano de ação conecta cada deficiência a uma providência mensurável, um responsável e um critério de acompanhamento. A prioridade técnica é eliminar o perigo quando possível; em seguida, adotar soluções de engenharia e organização que reduzam a exposição, reservando medidas individuais aos casos pertinentes. A comparação ajuda a diferenciar finalidade jurídica, instrumento operacional e resultado esperado.

Elemento	Função preventiva	Manifestação no trabalho	Forma de verificação
Obrigação legal	Fixar o dever de proteção	Requisitos aplicáveis à atividade	Verificação de atendimento
Inventário de riscos	Tornar os perigos identificáveis	Exposição de operadores e terceiros	Observação e registros técnicos
Plano de ação	Organizar correções	Alteração de rota de empilhadeiras	Evidência de execução e eficácia

Inventário e plano de ação precisam produzir mudança verificável. No centro de distribuição, a segregação de trajetos deve funcionar também em horários de pico e durante o acesso de fornecedores externos. Quase acidentes e inspeções ajudam a revelar falhas de projeto, evitando atribuir ao operador um problema de circulação ainda não resolvido.

Intervenção estatal e organização participativa

A prevenção tem duas dimensões institucionais distintas. Uma consiste na atuação da inspeção do trabalho diante de condições que exigem medida administrativa; a outra reside na estrutura interna de identificação, discussão e tratamento cotidiano dos perigos. Essas dimensões se complementam, mas não podem ser confundidas: a autoridade fiscal não assume a administração diária da instalação, e os órgãos internos não substituem a competência pública de fiscalização.

▸ Embargo e interdição perante risco grave e iminente

A NR 3 disciplina embargo e interdição em situações caracterizadas por risco grave e iminente. O embargo refere-se à paralisação de obra, conforme o enquadramento aplicável; a interdição pode atingir estabelecimento, setor de serviço, máquina, equipamento ou atividade. O objetivo imediato é impedir a continuidade de exposição capaz de produzir dano severo, não aplicar uma sanção como finalidade isolada. A atuação requer fundamentação na situação constatada e observância dos procedimentos administrativos próprios. A existência de um risco elevado não legitima que a empresa espere uma ordem externa para proteger as pessoas: a gestão deve interromper de modo seguro uma operação ameaçadora e providenciar correções sem demora.

Medidas incidentes sobre obra, equipamento e atividade

Em uma reforma de galpão, a remoção de um apoio estrutural sem escoramento compatível pode produzir possibilidade concreta de colapso. A providência não é simplesmente distribuir capacetes: é suspender os trabalhos na zona atingida, isolar a área, avaliar a estrutura com competência técnica e executar a solução definida. Caso a condição determine medida de embargo ou interdição pela fiscalização, a retomada dependerá dos requisitos e trâmites aplicáveis, não da mera declaração verbal do responsável. A análise de riscos deve incluir trabalhadores de outras empresas, visitantes e pessoas que transitam nas proximidades. Restringir o acesso a uma máquina não elimina automaticamente riscos que continuam ativos para quem permanece no mesmo recinto.

▸ SESMT e CIPA na dinâmica da prevenção

Os Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), disciplinados pela NR 4, reúnem funções técnicas voltadas à proteção da saúde e à prevenção de acidentes, segundo os critérios normativos de organização e dimensionamento. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), regida pela NR 5, favorece a participação dos trabalhadores no reconhecimento de situações prejudiciais e nas ações preventivas. As duas estruturas atuam de modos diferentes: o serviço especializado fornece análise técnica e apoio à gestão; a comissão integra a experiência cotidiana dos trabalhadores à tomada de decisões. Sua existência, quando exigida, não elimina deveres dos demais gestores.

Competência técnica multiprofissional

Engenharia de segurança, medicina do trabalho e outras formações integrantes das equipes especializadas oferecem perspectivas complementares sobre a mesma atividade. Ao investigar um aumento de lesões em movimentação manual, a engenharia pode avaliar dispositivos auxiliares, fluxos e altura de bancadas; a medicina pode observar padrões de agravo à saúde; a administração pode reorganizar prazos e dimensionamento de pessoal. A efetividade depende de acesso às informações, autonomia técnica compatível com as funções e participação de quem executa o serviço. Pareceres não devem permanecer desligados das decisões de compra, manutenção, contratação ou mudança de processo. Quando a causa depende de vários setores, a medida precisa integrar as responsabilidades e ser acompanhada até sua implementação.

Participação, investigação e prevenção do assédio

A CIPA contribui para identificar condições inseguras, discutir percepções de risco, acompanhar medidas preventivas e promover canais de participação. Sua denominação atual incorpora a prevenção do assédio, indicando que relações de trabalho também podem apresentar fatores de adoecimento e violência. Isso não transforma a comissão em órgão disciplinar autônomo nem dispensa políticas empresariais de prevenção, acolhimento e tratamento adequado de relatos. Na reforma do galpão, representantes podem perceber que operadores de limpeza entram em áreas isoladas por desconhecimento das mudanças de acesso. A correção exige comunicação efetiva e desenho físico claro, não a culpabilização isolada de quem recebeu orientação insuficiente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.